DIÁRIO DO GRANDE ABC
Publicado em 29/07/2023 - 08:24

Consórcio pede no PPA do Estado recursos à rede de saúde municipal

Consórcio pede no PPA do Estado recursos à rede de saúde municipal

Entidade apresenta sugestões em oito eixos, mas é mais específica ao apontar necessidade de auxílio a cidades que atendem moradores de fora

WILSON MOÇO
wilsonmoco@dgabc.com.br

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC apresentou ao PPA (Plano Plurianual) do Estado propostas que abrangem oito eixos e com pontos que interessam inclusive a outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo. São basicamente sugestões para ajudar no planejamento do governo para os próximos quatro anos, e que beneficiam a região, mas na área da saúde a entidade regional foi mais direta e pediu à gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) que faça o aporte de recursos para auxiliar também equipamentos dos municípios, e não apenas os hospitais estaduais Mário Covas (Santo André) e Serraria (Diadema).

Secretário executivo do Consórcio, Mário Reali explica que há necessidade de o Estado ajudar os municípios com o repasse de recursos porque a capacidade de atendimento e oferta de leitos dos hospitais estaduais instalados na região não dá conta de atender à demanda de uma população de cerca de 2,8 milhões de habitantes.

"Então, a gente acaba tendo equipamentos municipais que complementam essa rede, e tem um custo altíssimo para o município arcar sozinho. As cidades recebem do Ministério da Saúde, mas nada do governo do Estado, que investe apenas nos dois hospitais", comenta Reali.

Ele lembra ainda, conforme já relatado por prefeitos do Grande ABC, que unidades de saúde custeadas integralmente pelas prefeituras, como o Hospital Nardini (Mauá) e Piraporinha e Quarteirão da Saúde (Diadema), atendem moradores de outras cidades e também acidentados do Sistema Achieta-Imigrantes, Trecho Leste do Rodoanel, Rodovia Índio Tibiriçá e Jacu-Pêssego. O HC (Hospital de Clínicas) de São Bernardo é outra unidade com essas caraterísticas, mas recentemente o Estado liberou R$ 150 milhões para salvar a rede municipal da cidade, que enfrenta grave crise, o que inclui o HC.

"A gente tem uma tabela do SUS para os recursos que vêm da União, mas o Estado não tem nenhum aporte direto nesses equipamentos municipais que fazem um atendimento regional, porque mesmo as UPAs (*Unidades de Pronto Atendimento*) não atendem apenas moradores da cidade, e, dependendo da localização, recebem até vítimas de acidentes das rodovias que cortam a região. Esses equipamentos de média e alta complexidade deveriam ter aporte específico da saúde do Estado. É um tema genérico, mas que por trás está o recurso para o Nardini, Quarteirão da Saúde, para equipamentos que hoje são bancados integralmente pelas prefeituras. Quer dizer, tem o aporte do ministério, mas não da Secretaria Estadual", aponta.

Além da saúde, o Consórcio Intermunicipal apresentou sugestões nas áreas da habitação, gestão de riscos, saneamento e drenagem, meio ambiente e resíduos sólidos, política para as mulheres, governança metropolitana – inclui fortalecer os consórcios públicos – e mobilidade urbana.

André Henriques 15/3/23 André Henriques 18/10/22

RECURSOS. Mário Reali avalia que gestão do governador Tarcísio de Freitas deve ajudar municípios

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.